

Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministros de Lula ainda não apresentaram proposta sólida de arcabouço fiscal..... 2

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - BRASIL / ECONOMIA / MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Propostas da reforma tributária buscam simplicidade, diz Appy..... 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária será primeiro teste..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plano econômico teima em ficar no papel..... 6

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente do Chile diz que insistirá com reforma tributária no país, após parlamentares
rejeitarem proposta..... 8

O GLOBO - ON LINE - RJ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem maioria no Congresso e com resistências no MDB e União, governo Lula corre risco de
derrotas em quatro MPs..... 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados receberão R\$ 26,9 bi por perdas com o ICMS..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: arcabouço fiscal foi bem recebido pelo BC..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Acordo com os estados..... 14

Ministros de Lula ainda não apresentaram proposta sólida de arcabouço fiscal

Ingrid Soares

Com uma agenda social recheada de novos programas e conseqüentemente aumento de gastos, o governo ainda está devendo uma proposta de política econômica. O novo arcabouço fiscal, que irá substituir o teto de gastos - mecanismo para limitar o crescimento das despesas públicas à inflação - tem sido vendido como a galinha dos ovos de ouro da equipe econômica. A apresentação vem sendo prometida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda para este mês, mas não estão claros quais serão os principais contornos da âncora fiscal. Interlocutores da equipe econômica, contudo, já sinalizaram que a nova regra deve buscar um equilíbrio fiscal de médio prazo, com alguma combinação entre recomposição de receitas e crescimento real dos gastos.

De acordo com o ministro, a proposta desenhada já foi debatida dentro do Ministério da Fazenda e também pela área econômica do governo. O próximo passo é apresentá-la ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que está programado para esta semana, para depois, então, poder ser trazida a público. Até lá, Haddad tem evitado dar mais informações sobre os detalhes da proposta desenhada.

O plano da equipe econômica é que o texto venha a público até o fim do mês para que seja encaminhado ao Congresso em abril, junto com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Mas existe a expectativa de que a nova âncora fiscal seja apresentada antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que acontece nos dias 21 e 22 de março.

Segundo o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, a apresentação do arcabouço junto à aprovação da reforma tributária, outra prioridade definida pelo governo, pode abrir espaço para uma revisão da taxa básica de juros (Selic), tão criticada pelo presidente Lula. A equipe econômica tem interesse em apresentar logo a proposta até mesmo para que a próxima reunião do Copom considere o esforço de busca de reequilíbrio fiscal quando da tomada de decisão do patamar de juros, ressaltou.

Mercado

Viana lembrou que o governo tem um desafio pela

frente, pois atualmente a carga tributária está em patamares bastante elevados, próximo dos 34% do Produto Interno Bruto (PIB). O espaço para aumento de carga é limitado. Ainda temos que considerar também que o governo não pretende reduzir tão significativamente o espaço para mais gastos aberto com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. As limitações de uma nova rodada de elevação de carga tributária, somada ao atual contexto de deficit primário e juros reais elevados, tornam tão urgente quanto difícil o desenho de uma nova regra fiscal crível e condizente com a estabilização da relação dívida/PIB, afirmou.

Segundo o economista e sócio da Valor Investimentos Davi Lelis, o mercado também tem suas ressalvas quanto à ausência de políticas econômicas concretas. Os ânimos não melhoraram, o mercado ainda não se mostrou otimista e eu acredito que isso só acontecerá quando for apresentada a proposta no novo arcabouço, disse ele, que destacou que o governo está em um impasse para agradar a gregos e troianos, tanto a ala política quanto a ala econômica.

O cenário que nós temos visto nos últimos meses, principalmente desde o início do governo Lula, é um cabo de guerra entre a ala econômica e a ala política do governo. O plano de fundo deste cabo de guerra é um cenário de juros muito altos. Nesse cenário de juros muito altos e crescimento ainda muito suprimido, por conta da produção ainda baixa da economia, discute-se o que fazer para essa economia decolar. Isso passa pelo novo arcabouço fiscal, lembrou Lelis.

Em um primeiro momento, o presidente tem focado em marcar os 100 dias de governo com agenda positiva, principalmente em políticas sociais. Desde fevereiro, Lula lançou o novo Bolsa Família, reajustes de 40% em bolsas de pesquisa e aumento do salário mínimo e a retomada do Minha Casa Minha Vida, com a entrega de moradias populares pelo Brasil. Já na última semana, anunciou o reajuste da merenda escolar em até 39%. Nos próximos dias, o governo deve anunciar ainda o programa Água Para Todos, criado em 2011, que reúne medidas preventivas e corretivas contra a seca.

Governabilidade

A reforma tributária será um teste de governabilidade

enfrentado pelo petista nos próximos meses. Com uma expectativa exacerbadamente otimista de aprovação da primeira fase ainda neste semestre, por mais que a pauta já seja vista como um consenso, a discussão está travada há quase 20 anos e o intervalo de tempo é considerado exíguo para um assunto de tamanha complexidade.

Esta semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), acendeu o alerta no momento em que o debate ocorre na Casa. Hoje, o governo ainda não tem uma base consistente na Câmara nem no Senado para enfrentar matérias de maioria simples. Quanto mais matéria de quórum constitucional, isso precisa ser negociado com bom-senso, muita conversa, clareza, comentou Lira, na Associação Comercial de São Paulo, na última segunda-feira.

Ao argumentar sobre a fragilidade da base governista, o presidente da Câmara fez menção à estreita margem de votos que elegeu Lula na campanha eleitoral do ano passado e disse que o governo precisa entender que o Congresso tem atualmente uma atribuição mais ampla do que no passado. O deputado ainda criticou os ataques feitos por Lula à taxa de juros praticada pelo Banco Central (BC) e disse que declarações como essas não agregam.

Vale destacar que o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), reconheceu que Lira está certo e que o presidente Lula ainda não tem base suficiente para aprovar PECs. E na busca pelo apoio no Legislativo, o governo tem tropeçado nas articulações com o Centrão, grupo suprapartidário de parlamentares, ao qual Lira faz parte, que tem se mostrado cada vez mais unido e empoderado.

A aprovação de PECs exige um apoio elevado: três quintos dos parlamentares. Isto significa ter os votos de 49 dos 81 senadores e de 308 dos 513 deputados. Ainda no ano passado, logo após ter sido eleito, Lula articulou com os parlamentares a aprovação da PEC da Transição, proposta que, entre outros pontos, elevou o teto de gastos para que o governo pudesse garantir os R\$ 600 mensais do Bolsa Família. Desde que tomou posse, no entanto, o governo ainda não submeteu ao Congresso a análise.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para

publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para contato. Clique aqui e mande o e-mail.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/03/5079681-ministros-de-lula-ainda-nao-apresentaram-proposta-solida-de-arcabouco-fiscal.html>

Propostas da reforma tributária buscam simplicidade, diz Appy

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse nesta sexta-feira que, apesar da possibilidade de alguns ajustes políticos, as propostas de **reforma tributária** convergem a um modelo "extremamente simples".

Durante participação em debate na Amcham, Appy salientou que a reforma tem, entre seus objetivos, garantir maior segurança para as empresas na recuperação de saldos credores, prevendo também uma transição a contribuintes.

Ele disse ainda que a qualidade da **reforma tributária** vai ser definida pelo Congresso, cabendo à pasta entregar ao legislativo a melhor proposta técnica.

"Quem vai definir a **reforma tributária** vai ser o parlamento", assinalou Appy.

Ele acrescentou, ao falar da tramitação das propostas de emenda constitucional, que a PEC 45 já tem parecer da comissão mista, ao passo que a PEC 110 já teve vários pareceres legislativos.

O economista Bernard Appy disse também que caberá ao Congresso decidir se o setor de serviços receberá tratamento diferenciado na **reforma tributária**. Ele defendeu, porém, que esse debate deve considerar as particularidades de cada atividade, apontando que não faz sentido nenhum todo o setor de serviços pagar menos **impostos**.

IVA

Igualmente, ao tratar de possíveis incentivos a empresas de serviços, o secretário frisou que não faz sentido a geração de créditos sobre a folha de pagamentos. A ideia, pontuou Appy, é que o crédito do imposto sobre valor agregado (IVA), que vai substituir diversos **tributos** se a reforma for aprovada, seja gerado a partir do imposto já pago.

"O IVA é cobrado ao longo da cadeia, o que dá crédito é o que foi pago em imposto antes", explicou Appy. "É uma decisão do parlamento se vai ser dado tratamento diferenciado a serviços", declarou.

O secretário do Ministério da Fazenda destacou ainda a neutralidade do IVA - ou seja, não aumenta a carga -, o que evita distorções na economia ao mesmo tempo

em que gera ganhos de produtividade.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-03-12>

Reforma tributária será primeiro teste

Brasília - A **reforma tributária** será um teste de governabilidade enfrentado pelo presidente Lula nos próximos meses. Com uma expectativa exacerbadamente otimista de aprovação da primeira fase ainda neste semestre, por mais que a pauta já seja vista como consenso, a discussão está travada há quase 20 anos. Na última semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), acendeu o alerta. "Hoje, o governo ainda não tem uma base consistente na Câmara nem no Senado para enfrentar matérias de maioria simples. Quanto mais matéria de quórum constitucional, precisa ser negociado com bom senso, muita conversa, clareza", disse.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), reconheceu que Lira está certo e que Lula ainda não tem base suficiente para aprovar propostas de emenda à Constituição (PECs). E na busca pelo apoio no Legislativo, o governo tem tropeçado nas articulações com o Centrão, grupo suprapartidário de parlamentares, ao qual Lira faz parte, que tem se mostrado cada vez mais unido e empoderado. A aprovação de PECs exige apoio elevado: três quintos dos parlamentares. Isto significa ter os votos de 49 dos 81 senadores e de 308 dos 513 deputados. Ainda no ano passado, logo após ter sido eleito, Lula articulou com os parlamentares a aprovação da PEC da Transição, proposta que, entre outros pontos, elevou o teto de gastos para que o governo pudesse garantir os R\$ 600 mensais do Bolsa-Família. Desde que tomou posse, no entanto, o governo ainda não submeteu ao Congresso a análise.

Com foco no aquecimento da economia, em reunião com ministros do setor e da infraestrutura no último dia 10, Lula pregou a recriação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo ele, a medida foi "o momento mais rico de investimento" no Brasil. "O sucesso do PAC é porque a gente começou ouvindo os governadores de cada estado, milhares de prefeitos, e construímos um arcabouço de propostas de políticas de infraestrutura que foi fácil de executar. Foi o momento mais rico de investimento de infraestrutura em nosso país, porque envolvia o governo federal, estadual e municipal", disse.

O programa foi lançado pelo governo petista em 2007. No entanto, mais de 45% das obras estão paralisadas. Lula ainda pediu a ministros a apresentação de repaginação para o programa, incluindo um "novo nome". "O PAC foi muito importante, produziu muita coisa, mas se a gente puder criar um novo programa é importante. Mostra que estamos renovando, inovando,

que temos criatividade para fazer outras coisas.", disse ao destacar 14 mil obras paradas no país.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, explicou que o novo plano será anunciado até o fim de abril e reunirá investimentos federais diretos, concessões e parcerias público-privadas (PPP). Apesar de conceitos similares aos do antigo PAC, Rui Costa explicou que o programa será renomeado e contará tanto com novas obras, quanto com a conclusão de obras paradas. "O plano será não só de projetos novos, mas de conclusão de um número enorme de obras. Só na área de habitação temos quase 180 mil unidades não entregues, quase a totalidade contratada ainda no final do governo Dilma, em 2014,2015,2016", relatou.

"Um dos elementos que inibem a retomada dessas obras é a desatualização do valor contratado na época e o valor atual das coisas. Houve inclusive a pan-

demia que acentuou uma **inflação** mais destacada nos preços da construção civil, o que defasou muito os preços", afirmou. O ministro criticou a taxa de juros e apontou que o Brasil "está ansioso" pela diminuição da taxa hoje a 13,75%. E acrescentou que a alta porcentagem "inviabiliza" parcerias público-privadas (PPPs) e concessões. "Um encaminhamento que todos queremos ver acontecer o mais rápido possível, para viabilizar ainda mais rapidamente a volta do emprego e da renda, é a queda da taxa de juros porque, a 13,75%, não é fácil botar um projeto de PPP e de concessão de pé a essa taxa de juros. É preciso um Brasil que precisa de emprego, o Brasil que precisa trabalhar, que precisa produzir na indústria, que precisa vender no comércio está ansioso na expectativa de ver a taxa de juros reduzir para que isso possa viabilizar e colocar de pé projetos."

Plano econômico teima em ficar no papel

INGRID SOARESRAFAELA GONÇALVES

Com uma agenda social recheada de novos programas e conseqüentemente aumento de gastos, o governo ainda está devendo uma proposta de política econômica. O novo arcabouço fiscal, que irá substituir o teto de gastos - mecanismo para limitar o crescimento das despesas públicas à **inflação** - tem sido vendido como a "galinha dos ovos de ouro" da equipe econômica. A apresentação vem sendo prometida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda para este mês, mas não estão claros quais serão os principais contornos da âncora fiscal. Interlocutores da equipe econômica, contudo, já sinalizaram que a nova regra deve buscar um equilíbrio fiscal de médio prazo, com alguma combinação entre recomposição de receitas e crescimento real dos gastos.

De acordo com o ministro, a proposta desenhada já foi debatida dentro do Ministério da Fazenda e também pela área econômica do governo. O próximo passo é apresentá-la ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que está programado para esta semana, para depois, então, poder ser trazida a público. Até lá, Haddad tem evitado dar mais informações sobre os detalhes da proposta desenhada.

O plano da equipe econômica é que o texto venha a público até o fim do mês para que seja encaminhado ao Congresso em abril, junto com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Mas existe a expectativa de que a nova âncora fiscal seja apresentada antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que acontece nos dias 21 e 22 de março.

Segundo o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, a apresentação do arcabouço junto à aprovação da **reforma tributária**, outra prioridade definida pelo governo, pode abrir espaço para uma revisão da taxa básica de juros (Selic), tão criticada pelo presidente Lula. "A equipe econômica tem interesse em apresentar logo a proposta até mesmo para que a próxima reunião do Copom considere o esforço de busca de reequilíbrio fiscal quando da tomada de decisão do patamar de juros", ressaltou.

Mercado Viana lembrou que o governo tem um desafio pela frente, pois atualmente a carga tributária está em patamares bastante elevados, próximo dos 34% do Produto Interno Bruto (**PIB**). "O espaço para aumento de carga é limitado. Ainda temos que considerar também que o governo não pretende reduzir tão

significativamente o espaço para mais gastos aberto com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. As limitações de uma nova rodada de elevação de carga tributária, somada ao atual contexto de deficit primário e juros reais elevados, tornam tão urgente quanto difícil o desenho de uma nova regra fiscal crível e condizente com a estabilização da relação dívida/**PIB**", afirmou.

Segundo o economista e sócio da Valor Investimentos Davi Lelis, o mercado também tem suas ressalvas quanto à ausência de políticas econômicas concretas. "Os ânimos não melhoraram, o mercado ainda não se mostrou otimista e eu acredito que isso só acontecerá quando for apresentada a proposta no novo arcabouço", disse ele, que destacou que o governo está em um impasse para "agradar a gregos e troianos, tanto a ala política quanto a ala econômica".

"O cenário que nós temos visto nos últimos meses, principalmente desde o início do governo Lula, é um cabo de guerra entre a ala econômica e a ala política do governo. O plano de fundo deste cabo de guerra é um cenário de juros muito altos. Nesse cenário de juros muito altos e crescimento ainda muito suprimido, por conta da produção ainda baixa da economia, discute-se o que fazer para essa economia decolar. Isso passa pelo novo arcabouço fiscal", lembrou Lelis.

Em um primeiro momento, o presidente tem focado em marcar os 100 dias de governo com agenda positiva, principalmente em políticas sociais. Desde fevereiro, Lula lançou o novo Bolsa Família, reajustes de 40% em bolsas de pesquisa e aumento do salário mínimo e a retomada do Minha Casa Minha Vida, com a entrega de moradias populares pelo Brasil. Já na última semana, anunciou o reajuste da merenda escolar em até 39%. Nos próximos dias, o governo deve anunciar ainda o programa "Água Para Todos", criado em 2011, que reúne medidas preventivas e corretivas contra a seca.

Governabilidade A **reforma tributária** será um teste de governabilidade enfrentado pelo petista nos próximos meses. Com uma expectativa exacerbadamente otimista de aprovação da primeira fase ainda neste semestre, por mais que a pauta já seja vista como um consenso, a discussão está travada há quase 20 anos e o intervalo de tempo é considerado exíguo para um assunto de tamanha complexidade.

Esta semana, o presidente da Câmara dos Deputados,

Arthur Lira (PP-AL), acendeu o alerta no momento em que o debate ocorre na Casa. "Hoje, o governo ainda não tem uma base consistente na Câmara nem no Senado para enfrentar matérias de maioria simples. Quanto mais matéria de quórum constitucional? isso precisa ser negociado com bom-senso, muita conversa, clareza", comentou Lira, na Associação Comercial de São Paulo, na última segunda-feira.

Ao argumentar sobre a fragilidade da base governista, o presidente da Câmara fez menção à estreita margem de votos que elegeu Lula na campanha eleitoral do ano passado e disse que o governo precisa entender que o Congresso tem atualmente "uma atribuição mais ampla" do que no passado. O deputado ainda criticou os ataques feitos por Lula à taxa de juros praticada pelo Banco Central (BC) e disse que declarações como essas não agregam.

Vale destacar que o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), reconheceu que Lira está certo e que o presidente Lula ainda não tem base suficiente para aprovar PECs. E na busca pelo apoio no Legislativo, o governo tem tropeçado nas articulações com o Centrão, grupo suprapartidário de parlamentares, ao qual Lira faz parte, que tem se mostrado cada vez mais unido e empoderado.

A aprovação de PECs exige um apoio elevado: três quintos dos parlamentares. Isto significa ter os votos de 49 dos 81 senadores e de 308 dos 513 deputados. Ainda no ano passado, logo após ter sido eleito, Lula articulou com os parlamentares a aprovação da PEC da Transição, proposta que, entre outros pontos, elevou o teto de gastos para que o governo pudesse garantir os R\$ 600 mensais do Bolsa Família. Desde que tomou posse, no entanto, o governo ainda não submeteu ao Congresso a análise.

Presidente do Chile diz que insistirá com reforma tributária no país, após parlamentares rejeitarem proposta

Por France Presse

O presidente do Chile, Gabriel Boric. - Foto: AP Photo/Andres Poblete

O presidente do Chile, Gabriel Boric, afirmou neste sábado (11), dia em que cumpre um ano no poder, que insistirá na **reforma tributária** rejeitada pelo Congresso essa semana, um projeto-chave para o financiamento dos planos sociais que pretende aprovar.

A comemoração de seu primeiro ano de governo começou logo cedo com uma reunião de gabinete, renovado parcialmente na véspera, e uma saudação que ele e grande parte de seus ministros ofereceram a centenas de manifestantes que se aglomeraram do lado de fora do palácio presidencial.

Boric completa um ano de governo com reformas travadas e crise de segurança pública no Chile

Boric cumprimentou cada manifestante presente, tirou fotos, recebeu presentes e recados em um percurso que se estendeu por cerca de uma hora.

Em outro acesso do palácio do governo, um grupo menor de manifestantes convocados por um coletivo de extrema direita protestou contra a gestão de Boric.

Em pronunciamento diante de seus ministros e subsecretários, o presidente afirmou que insistirá com a **reforma tributária**, rejeitada na quarta-feira pela Câmara dos Deputados e que é considerada o principal pilar de seu programa de reformas sociais.

Vamos insistir com a **reforma tributária** com uma estratégia que estamos conversando com o ministro (da Fazenda Mario) Marcel , afirmou Boric.

A reforma, que inclui novos **impostos** para as maiores fortunas e a mineração, buscava arrecadar 3,6 pontos percentuais adicionais do **PIB** para financiar, entre outras mudanças, o aumento de 25% da aposentadoria básica universal.

O ano de 2022 não foi fácil (...) porém, apesar disso,

vejo brotos verdes. Temos todas as condições para avançar e colocar em prática as bases de um estado de bem-estar e garantir os direitos sociais , acrescentou o presidente.

4 lições das reformas tributárias do Chile e da Colômbia para o Brasil

Em 11 de março de 2022, quando tinha 36 anos, Boric se tornou no presidente mais jovem da história do Chile.

Ex-líder estudantil e deputado da Frente Ampla, ganhou no segundo turno as eleições presidenciais contra o político ultraconservador José Antônio Kast.

Site:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/03/11/presidente-do-chile-diz-que-insistira-com-reforma-tributaria-no-pais-apos-parlamentares-rejeitarem-proposta.ghtml>

Sem maioria no Congresso e com resistências no MDB e União, governo Lula corre risco de derrotas em quatro MPs

Por Bianca Gomes, Guilherme Caetano, Sérgio Roxo e Bruno Góes - Brasília e São Paulo

Com dificuldade para formar maioria no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta barreiras para garantir apoio a projetos que interessam ao governo até entre partidos da base. O impasse envolve principalmente o União Brasil e o MDB, que indicaram, cada um, três ministros. Apesar da composição com o Planalto, há resistências internas nas duas siglas para a aprovação de ao menos quatro das 11 medidas provisórias editadas pela atual gestão. Nesta semana, a Executiva Nacional do MDB aprovou um documento no qual descarta um apoio automático ao governo.

As legendas somam, juntas, 101 parlamentares na Câmara e 19 no Senado - ou seja, têm força suficiente para encaminhar decisivamente uma aprovação ou rejeição.

Parlamentares ouvidos pelo GLOBO consideram a Medida Provisória (MP) que extingue a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) uma das mais delicadas para o governo. Na gestão de Jair Bolsonaro, o órgão que cuida das obras de saneamento do país era comandado pelo Centrão, que usava as 26 superintendências para fazer indicações políticas e manter a capilaridade nos municípios. Durante a pandemia, a Funasa chegou a ser um dos destinos do orçamento secreto.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, nega a aliados a possibilidade de o governo recriar a fundação. Mas as resistências à medida não se restringem ao Centrão, o que reforça um cenário de derrota.

- Extinção ou privatização sempre causam insegurança. A Funasa tem um corpo técnico, tem atribuições, investimentos. Como isso tudo ficará? Para manter a extinção, precisamos saber - afirma o deputado Isnaldo Bulhões Jr. (AL), líder do MDB.

Outro ponto de atenção é o texto que criou a atual estrutura da Esplanada e, por exemplo, passou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) da

pasta da Agricultura para o Desenvolvimento Agrário. A Conab, responsável por supervisionar o Plano Safra, programa que concede crédito a pequenos e médios produtores, foi entregue ao ex-deputado Edegar Pretto (PT-RS), com ligações históricas com o MST.

Na quarta-feira, a Executiva Nacional do MDB aprovou um documento com o posicionamento do partido para o quadriênio 2023-2027. Nele, a legenda diz que dará suporte às medidas encaminhadas pelo Executivo, "sem jamais deixar de fazer as críticas quando necessário". O texto fala ainda em "respeito à propriedade privada" e ao "agronegócio".

-Vamos votar contra (a MP da Esplanada). A Conab é estruturante da política agrícola. Não tem motivo para ir para outro ministério - afirma o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), da bancada ruralista.

O emedebista diz que a frente não bateu o martelo sobre o posicionamento em outras MPs e avalia que o governo federal ainda não conseguiu construir uma base sólida no Congresso. Sobre a relação da bancada do MDB com o Planalto, o deputado defende que, mesmo com três ministérios, o partido não deve dizer "amém" para tudo.

A instabilidade do governo no Congresso foi tema de um alerta emitido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no início da semana. Durante um evento em São Paulo, ele afirmou que o Planalto ainda não tinha uma "base consistente". Em um jantar com Lula na quinta-feira, segundo interlocutores, Lira se ofereceu para ajudar na construção da base.

O encontro também alinhou que a **reforma tributária** e o novo arcabouço fiscal serão as pautas prioritárias do primeiro semestre - o presidente também convidou o deputado a integrar a comitiva que irá à China no fim do mês.

A MP dos Combustíveis é outra que deve enfrentar resistência da própria base governista no Congresso. A medida retomou parcialmente a cobrança de **tributos** federais sobre os combustíveis, que tinham passado por uma desoneração durante o governo Bolsonaro, de olho na reeleição.

O empecilho, neste caso, se dá com o União Brasil. O líder do partido na Câmara, Elmar Nascimento (BA), é crítico da medida encampada pelo Ministério da Fazenda. A votação da MP deve representar um "teste" para a consistência da base de Lula no Congresso, segundo ele. Nascimento tem apoio de outros membros da bancada, como o deputado Danilo Forte (União-CE), o próprio autor da norma que tirou os **impostos**. Ele argumenta que a redução da carga tributária é bandeira nacional do partido.

Também pesa contra a insatisfação de Nascimento com o governo Lula o fato de ter sido preterido na escolha para o Ministério das Comunicações. Ele foi vetado por pressão do PT, em razão de sua atuação pró-Bolsonaro durante a campanha eleitoral na Bahia, no ano passado. Em seu lugar, foi escolhido Juscelino Filho (MA), também do União Brasil.

A MP que retoma a decisão pró-Fisco em caso de empate nas votações do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), o tribunal administrativo da **Receita Federal**, é vista como uma prova de fogo para o governo na área econômica. A proposta enfrenta oposição de parlamentares ligados ao setor econômico, em especial da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

Vice-líder do governo na Câmara, Rogério Correia (MG) diz que o Executivo está "se esforçando" para ter uma base sólida. Ele lembra que o governo tem indicações ainda não preenchidas, o que vai ajudar a garantir o apoio das legendas.

Correia afirma que as MPs do **Carf** e Combustíveis estão aos cuidados do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que conseguiu dirimir os maiores entraves.

Em relação à Conab, Correia explica que o governo quer manter mudança, mas chegar a um consenso com a bancada do agro. A negociação prevê indicações conjuntas da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a companhia e outros órgãos da área.

- É na Funasa que temos mais risco de derrota. O governo está ciente, a medida é polêmica. Por isso, há possibilidade de ela caducar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/sem-maioria-no-congresso-e-com-resistencias-no-mdb-e-uniao-governo-lula-corre-risco-de-derrotas-em-quatromps.ghml>

Estados receberão R\$ 26,9 bi por perdas com o ICMS

Bernardo Estillac

Depois de pouco mais de dois meses de negociações, a União e os estados fecharam, por unanimidade, um acordo para a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de combustíveis. O governo federal compensará os estados e o Distrito Federal em R\$ 26,9 bilhões até 2026. O acordo foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad; pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e pelo governador do Piauí, Rafael Fonteles, que representa os 27 chefes de Executivo estaduais nas negociações. Segundo Ceron, dos R\$ 26,9 bilhões, cerca de R\$ 4 bilhões serão pagos pela União este ano, e o restante será pago em parcelas até 2025 ou 2026, dependendo do caso. Haddad também participou ontem de reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto.

"Foi muito injusto o que aconteceu no ano passado. Isso faz parte dos R\$ 300 bilhões de problemas que o governo anterior nos legou. Isso [o acordo de hoje] representa apenas 10% dos problemas que estamos administrando", disse Haddad, referindo-se ao passivo fiscal com as desonerações que antecederam as eleições do ano passado.

Segundo Haddad e Fonteles, o acordo será levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados (PP-AL), Arthur Lira. O ministro e o governador piauiense também levarão os termos do documento aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux, relatores das ações que envolvem as duas leis que desoneraram o ICMS dos combustíveis no ano passado.

Da devolução total de R\$ 26,9 bilhões, cerca de R\$ 9 bilhões já foram compensados aos estados por meio de liminares concedidas pelo STF, que suspenderam o pagamento de parcelas das dívidas de estados à União. Nesses casos, haverá um acerto de contas para verificar o saldo que cada unidade da Federação ainda tem a receber.

Haddad disse que pelo menos dois estados, São Paulo e Piauí, deixaram de pagar parcelas das dívidas

mais do que têm direito a receber. Nesses casos, será dado um tratamento específico para a devolução dos recursos compensados a mais. Nos demais estados, que têm recursos a receber, o saldo remanescente será abatido das parcelas da dívida com a União ou pago com aportes da União (a estados com pequenas dívidas ou sem débitos com o governo federal) até 2026.

Com base no saldo restante, o dinheiro será parcelado da seguinte forma. Os estados com até R\$ 150 milhões em compensações receberão 50% em 2023 e 50% em 2024, com recursos do Tesouro Nacional. Os estados com compensações entre R\$ 150 milhões e R\$ 500 milhões, receberão um terço do valor em 2023 e dois terços em 2024. Os estados com mais de R\$ 500 milhões, receberão 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025.

Os estados em Regime de Recuperação Fiscal - Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul - receberão da mesma forma que os demais, com a diferença de que poderão abater R\$ 900 milhões na parcela das dívidas com a União em 2026. Por estarem em recuperação fiscal, esses estados estão quitando os débitos com o governo federal em condições especiais, enquanto executam programas locais de ajuste fiscal.

OBRIGATÓRIA

Em junho do ano passado, as leis complementares 192 e 194 impuseram um teto de 17% ou de 18% (dependendo do estado) para o ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte público. Anteriormente, havia estado que cobrava mais de 30% de ICMS sobre os combustíveis. Durante a tramitação das leis, os parlamentares inseriram um artigo obrigando a União a compensar as perdas de arrecadação do ICMS, tributo arrecadado pelos estados. O governo Bolsonaro vetou o dispositivo, mas o Congresso derrubou o veto, obrigando o governo federal a pagar alguma compensação a partir deste ano.

No fim do ano passado, o STF deu 120 dias para que a União e as unidades da Federação chegassem a um entendimento. A principal dificuldade consistia em estimar a perda de arrecadação. Durante a negociação, a conta variou entre R\$ 18 bilhões e R\$ 45 bilhões. No início de fevereiro, o Tesouro Nacional

havia anunciado a intenção de parcelar a compensação.

"A conta dos governadores era mais bem embasada, mas chegava a um número bastante difícil para nós de lidar. A reparação estava entre 18 bi [bilhões de reais] e 45 bi [bilhões de reais]. Quando é um acordo, nunca é satisfatório para ninguém. É uma conta que faz com base em parâmetros. Tecnicamente, o trabalho foi intenso e chegaram ao valor de R\$ 26,9 bilhões", explicou Haddad.

O governador do Piauí, que até o ano passado era presidente do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz), elogiou as negociações. Segundo ele, o acordo serve de experiência para as discussões sobre a **reforma tributária**. "Esse diálogo aconteceu de maneira muito tranquila, receptiva de parte a parte. Acho que isso vai contribuir para a nova etapa, que é a discussão da **reforma tributária**. Sem sombra de dúvidas, os estados estão muito interessados nessa questão, até porque o tributo mais complexo é o ICMS, que precisa ser reformado de fato, e o país ser colocado em linha com a experiência internacional", disse Fonteles.

Haddad: arcabouço fiscal foi bem recebido pelo BC

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à rede CNN Brasil na noite de ontem, afirmou que as regras fiscais que o governo está preparando têm sido bem recebidas pelos técnicos do governo, do Banco Central (BC) e pessoas da academia: -Tem que ter muita cautela para testar com quem não está no mercado, como técnicos do governo, do Banco Central, pessoas da academia que consigam manter compromissos de sigilo profissional.

O desenho, eu diria, foi muito bem recebido.

Haddad adiantou que uma das ideias já descartadas é a criação de uma meta para a dívida pública. Ele lembrou que a dívida caiu durante o governo Lula, mesmo sem esse tipo de instrumento de política fiscal.

-No governo Lula se reduziu drasticamente a dívida pública em oito anos, isso, às vezes, praticando taxas de juros elevadíssimas, porque herdamos a Selic em 25%. Meta de dívida causaria constrangimento.

Em vez de harmonizar a política fiscal, íamos criar confusão. Quem ia fazer o papel? O fiscal ou o monetário?

-questionou.

O ministro está otimista com a aprovação da **reforma tributária**. Ele disse acreditar que, a partir de junho ou julho, o Congresso já esteja pronto para votar o projeto.

-Essa reforma é o IVA, se vai ser dual é uma questão a discutir, sem o IVA não existe reforma. A partir de junho ou julho, imagino que a Câmara esteja pronta para votar.

CRISE DA AMERICANAS Segundo o ministro, ele tem conversado com governadores e prefeitos para tentar encontrar um consenso, mas a ideia de simplificação apenas não resolveria o problema.

-A decisão que nós tomamos é pegar os projetos das duas Casas, PEC 110 e PEC 45, e submeter ao plenário o que seria consenso. Os sete governadores do Sul e Sudeste fizeram manifestação, os prefeitos de grandes cidades estiveram comigo nesta semana, queriam ir para outro projeto, um que simplifica, o que já que é uma iniciativa louvável, mas não resolve o

problema do país.

O ministro afirmou que a Selic elevada é entrave à política fiscal, pela desaceleração que ela provoca na economia e o impacto na arrecadação: -Não é possível fazer uma política fiscal saudável com uma taxa de juros que enfraquece a economia.

Haddad questionou a isenção política do presidente do BC, Roberto Campos Neto, ao ser perguntado sobre as tensões entre Lula e o dirigente da autoridade monetária.

Ele não citou Campos Neto, mas defendeu que a autonomia do BC deve pressupor abstenção: -Depois que a autonomia do BC foi institucionalizada, o corpo técnico todo, da presidência para baixo, tinha que ter adotado uma postura de abstenção em relação à política partidária. Não faz campanha, nem se pronuncia. A pessoa tem autonomia e mudou de patamar. Deixa se ser funcionário do governo e passa a ser do Estado brasileiro.

Sobre a crise da Americanas, Haddad afirmou que foi uma "fraude grande" e que está abalando a economia: - É uma fraude grande, que abalou o mercado, porque é 0,5% do **PIB**, não é uma coisinha, está afetando a economia, afetando os humores, afetando o Banco Central. O sistema bancário brasileiro sofreu golpe grande

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Acordo com os estados

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo federal e os estados fecharam um acordo de R\$ 26,9 bilhões para compensação das perdas de arrecadação com a mudança nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O valor é inferior ao pedido inicialmente pelos estados, que pleiteavam R\$ 45 bilhões, mas é maior do que a última oferta do Executivo, de R\$ 22 bilhões.

Haddad mantinha reuniões com os governadores e o Supremo Tribunal Federal (STF) desde o início do ano.

O acordo ainda será levado para homologação da Corte.

De acordo com o cronograma, as compensações para os estados serão diluídas ao longo dos próximos anos, entre 2023 e 2026. Segundo o ministro, a conta dos governadores era "difícil" de ser alcançada, e o governo sabia que teria de compensar algo num valor entre R\$ 18 bilhões e R\$ 45 bilhões.

-Acordo nunca é satisfatório para ninguém. É uma conta que você faz com base em parâmetros técnicos. O trabalho foi intenso e chegou ao valor de R\$ 26,9 bilhões de compensação.

Uma boa parte disso já está resolvida, porque alguns estados conseguiram liminar -disse o ministro.

O ministro fez referência aos R\$ 9 bilhões que já foram compensados por meio de liminares concedidas pelo STF a estados devedores da União.

-Parte desses valores já foi compensada, e a parte que não foi compensada está sendo diluída no tempo, justamente para que não tenha um impacto nas contas - afirmou Haddad, explicando que o acordo tem o papel de acomodar as projeções e metas do governo que foram anunciadas desde janeiro.

IMPACTO DE R\$ 4 BI NO ANO

Haddad ainda disse que isso não vai interferir nas contas públicas deste ano e que o impacto estimado é de R\$ 4 bilhões em 2023.

O secretário do Tesouro Nacional, Rodrigo Ceron, confirmou o desembolso deste ano e disse que todo o detalhamento ainda será divulgado: -O impacto está diluído ao longo dos próximos anos, até 2026. Ele virá

via abatimento de dívida, para aqueles estados que possuem dívidas com a União, ou aporte em alguns casos, de estados que não tenham dívidas. O total de compensação para 2023 está na ordem de R\$ 4 bilhões, e o restante será diluído ao longo dos próximos exercícios.

Além da compensação de perdas com o ICMS, o acordo firmado também prevê o apoio da União junto ao STF nos temas gasolina, encargos na conta de energia elétrica e diferenciação de alíquota do ICMS, de acordo com interlocutores dos entes.

Interlocutores dos estados afirmaram que o acordo foi bem recebido e marca um novo momento de diálogo com o governo federal, que havia se deteriorado durante a gestão de Jair Bolsonaro.

A principal demanda dos estados era por um valor que compensasse as perdas na arrecadação com a fixação de um teto de 17% ou 18% (a depender do estado) na alíquota de ICMS para combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

A mudança foi aprovada pelo Congresso em junho do ano passado, em um projeto endossado pelo governo Bolsonaro em um momento de **inflação** alta durante a campanha eleitoral. O objetivo era baixar os preços da gasolina.

O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), comemorou o acordo e disse que a definição sobre a compensação do ICMS é fundamental para que os estados consigam avançar no debate sobre a **reforma tributária**.

- Isso também vai contribuir para a nova etapa, que vem adiante, que é a discussão da **reforma tributária**. Sem sombra de dúvida, os estados estão muito interessados nessa questão, até porque o tributo mais complexo é o ICMS.

Ele é que precisa ser reformado de fato -disse o governador, que participou do anúncio ao lado de Haddad.

A economista Juliana Inhasz, professora do Insper, avalia que o acordo ficou no meio do caminho: não agrada a ninguém, mas ter alguma compensação é melhor do que nenhuma. Ela considera que o acordo deixa estados e municípios com mais "boa vontade" em relação às ações do governo. Mas vê com preocupação o cronograma para pagamento até 2026.

PAGAMENTO PARCELADO A avaliação é que em 2023 não há crescimento evidente e em 2024 a tendência é de crescimento baixo, o que indica uma aposta numa arrecadação melhor no último biênio do governo: -Já tínhamos um déficit gigante, uma necessidade grande de recursos, e ela passa a ser maior ainda agora. O governo tem que saber de onde vai sair o dinheiro. Colocar em quatro anos para reduzir o impacto fiscal é dividir o prazo para quitar uma dívida.

Os estados que já receberam via liminar uma compensação maior do que a prevista no acordo anunciado ontem terão a diferença incorporada à dívida com a União, mas sem aumentar o valor das prestações pagas.

Para os estados que ainda não receberam algum tipo de compensação, o abatimento da dívida seguirá um cronograma que vai de 2023 a 2025.

Os governos locais que tiverem de receber valores inferiores a R\$ 150 milhões vão ganhar metade do montante em 2023 e o restante no ano que vem. Se a cifra for entre R\$ 150 milhões e R\$ 500 milhões, um terço será quitado este ano, e o restante fica para 2024. Se o valor superar esse patamar, haverá um parcelamento até 2025.

Os estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) -Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul -seguirão o mesmo cronograma, com a diferença que um adicional de R\$ 900 milhões será compensado na dívida em 2026.

Além da recomposição, os estados querem apoio em demandas que afetam a arrecadação do ICMS, como a sistemática de repasse do diferencial de alíquota, a incidência de encargos e serviços nas tarifas de energia para o tributo e a tributação como bem essencial da gasolina. Neste último caso, estados defendem que, por se tratar de um combustível fóssil e poluente, a gasolina não poderia ter alíquota mínima no ICMS

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>